

1. Caracterização da Unidade Curricular**1.1. Designação da Unidade Curricular****1.1.1. Designação**

Direito Administrativo

Curso(s):

Solicitadoria (P.L.)

Solicitadoria

1.1.2. Designation

Administrative Law

Course(s):

Degree in Law Studies

1.2. Sigla da área científica em que se insere**1.2.1. Sigla da área científica**

D

1.2.2. Scientific area's acronym

D

1.3. Duração da Unidade Curricular**1.3.1. Duração**

Semestral

1.3.2. Duration

Semestral

1.4. Total de horas de trabalho**1.4.1. Horas de trabalho**

Horas de Trabalho: 0150:00

1.4.2. Working hours

Working hours: 0150:00

1.5. Total de horas de contacto

1.5.1. Horas de contacto

(T) Teóricas:	0000:00	(TC) Trabalho de Campo:	0000:00
(TP) Teórico-Práticas:	0067:30	(OT) Orientação Tutorial:	0000:00
(P) Práticas:	0000:00	(E) Estágio:	0000:00
(PL) Práticas Laboratoriais:	0000:00	(O) Outras:	0000:00
(S) Seminário:	0000:00		
Horas Contacto:	0067:30		

1.5.2. Contact hours

(T) Theoretical:	0000:00	(TC) Field Work:	0000:00
(TP) Theoretical-practical:	0067:30	(OT) Tutorial Guidance:	0000:00
(P) Practical:	0000:00	(E) Internship:	0000:00
(PL) Laboratory practices:	0000:00	(O) Other:	0000:00
(S) Seminar:	0000:00		
Contact Hours:	0067:30		

1.6. ECTS

6

1.7. Observações

1.7.1. Observações

NA

1.7.2. Comments

NA

2. Docente responsável e respetiva carga letiva na Unidade Curricular

2.1. Docente responsável e carga letiva (preencher o nome completo)

CARLOS MANUEL DA SILVA NUNES

TPSLD22 (4.5 horas semanais; 67.5 horas semestrais)

2.2. Responsible academic staff member and lecturing load (fill in the full name)

CARLOS MANUEL DA SILVA NUNES

TPSLD22 (4.5 week hours; 67.5 semester hours)

3. Outros docentes e respetivas cargas letivas na Unidade Curricular

3.1. Outros docentes e respetivas carga letivas

PAULA DE CASTRO SILVEIRA

TPSLD21 (4.5 horas semanais; 67.5 horas semestrais), TPSLN21 (4.5 horas semanais; 67.5 horas semestrais), TPSLN22 (4.5 horas semanais; 67.5 horas semestrais)

3.2. *Other academic staff and lecturing load*

PAULA DE CASTRO SILVEIRA

TPSLD21 (4.5 week hours; 67.5 semester hours), TPSLN21 (4.5 week hours; 67.5 semester hours), TPSLN22 (4.5 week hours; 67.5 semester hours)

4. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

4.1. Objetivos de aprendizagem

As actividades a desenvolver nas Administrações Públicas (AP) são enformadas por uma componente legal com a qual todo o profissional que nelas esteja em funções tem de estar familiarizado ou mesmo dominar ao pormenor consoante as **c i r c u n s t â n c i a s**.

Assim, na unidade curricular Direito Administrativo a partir de leituras da organização da Administração Pública nomeadamente na perspectiva constitucional aborda-se regime jurídico mais estruturante quer na perspectiva interna quer na perspectiva relacional cidadão/entes públicos.

4.2. *Learning outcomes of the curricular unit*

The activities to be carried out in Public Administrations (APs) are shaped by a legal component with which every professional who is in them must be familiarized or even master in detail, depending on the circumstances.

Thus, in the curricular unit Administrative Law based on readings from the Public Administration organization, namely in the constitutional perspective, a more structuring legal regime is addressed, both internally and in the citizen / public entities relational perspective.

5. Conteúdos programáticos

5.1. Conteúdos

- 1 - Introdução
- 1.1 - Noções: Direito Privado e Direito Público
- 1.2 - Direito Constitucional
- 1.3 - Direito Administrativo
- 1.4 - Noção de Estado
- 1.5 - História
- 1.6 - Noção de Administração
- 1.7 - Organização Política do Estado Português
- 2 - Administração Central Directa
- 2.1 - O Governo e o Bem Comum: O Serviço Público
- 2.2 - Lei Orgânica
- 2.3 - Os Ministérios e os Ministros
- 2.4 - Competência Legislativa do Governo
- 2.5 - Competência Administrativa do Governo
- 2.6 - A Administração Local do Estado
- 2.7 - Organização da Administração: A Desconcentração e a Descentralização
- 2.8 - Idem: Instrumentos Jurídicos ; A Delegação de Poderes e a Devolução de Poderes
- 3 - Administração Indirecta do Estado
- 3.1 - Noção
- 3.2 - Razões da Sua Necessidade
- 3.3 - Atribuições
- 3.4 - Os Institutos Públicos
- 4 - A Administração Autónoma do Estado
- 4.1 Noção
- 4.2 Administração Autónoma de Base Territorial
- 4.3 Os Municípios
- 4.4 História e Atribuições
- 4.5 Estrutura Orgânica
- 4.6 As Freguesias
- 4.7 História e Atribuições
- 4.8 Estrutura Orgânica
- 4.9 A Administração Autónoma de Base Institucional
- 4.10 As Organizações Profissionais: Ordens e Similares
- 4.11 As Universidades
- 4.12 As Empresas Públicas
- 5 Princípios Gerais da Actuação Administração
- 5.1 Noção
- 5.2 Princípio da Prossecução do Interesse Público no respeito pelos Direitos e Interesses Legítimos dos Particulares
- 5.3 Princípio da Legalidade
- 5.4 Princípio da Boa Fé
- 5.5 Princípio da Justiça e Imparcialidade
- 5.6 Outros Princípios
- 6 O Procedimento Administrativo
- 6.1 Noção
- 6.2 Procedimento Administrativo Geral ou Comum
- 6.3 Procedimentos Administrativos Especiais
- 6.4 Princípio Constitucional do Procedimento
- 6.5 Estrutura do Procedimento Administrativo Comum
- 6.6 As Fases do Procedimento

- 7 Os Modos de Actuação do Poder Administrativo
 - 7.1 Noção
 - 7.2 Regulamento Administrativo
 - 7.3 Distinção entre Regulamento Administrativo e Lei
 - 7.4 Tipos de Regulamento
 - 7.5 Regime Jurídico
 - 7.6 O Acto Administrativo: Conceito
 - 7.7 Remissão
- 8 As Operações Materiais
 - 8.1 Noção
 - 8.2 Regime Jurídico
- 9 Os Contratos Administrativos
 - 9.1 Noção
 - 9.2 Tipos de Contrato
 - 9.3 O Papel do Concurso Público
 - 9.4 O regime Jurídico
 - 9.5 Procedimentos em Especial
- 10 O Acto Administrativo em Especial
 - 10.1 História
 - 10.2 Elementos
 - 10.3 Tipos
 - 10.4 Validade
 - 10.5 Eficácia
 - 10.6 Revogação
 - 10.7 Vícios: Da Nulidade e da Anulabilidade
 - 10.8 As Garantias Graciosas ¿ Tipos, Regime e Prazos
- 11 A Responsabilidade Civil do Estado
 - 11.1 Noção
 - 11.2 Tipos de Responsabilidade
 - 11.3 Regime Jurídico
- 12 O Contencioso Administrativo
 - 12.1 Acção Administrativa Comum
 - 12.2 Acção Administrativa Especial
 - 12.3 Providências Cautelares
 - 12.4 Referências ao Contencioso Tributário

5.2. Syllabus

1. Introduction

- 1.1 - Notions: Private Law and Public Law
- 1.2 - Constitutional Law
- 1.3 - Administrative Law
- 1.4 - Concept of State
- 1.5 - History
- 1.6 - Concept of Administration
- 1.7 - Political Organization of the Portuguese State

2 - Direct Central Administration

- 2.1 - The Government and the Common Good: The Public Service
- 2.2 - Organic Law
- 2.3 - Ministries and Ministers
- 2.4 - Legislative Competence of the Government
- 2.5 - Administrative competence of the Government
- 2.6 - Local State Administration
- 2.7 - Organization of Administration: Deconcentration and Decentralization
- 2.8 - Idem: Legal Instruments - The Delegation of Powers and the Return of Powers

3 - Indirect State Administration

- 3.1 - Concept
- 3.2 - Reasons for Your Need
- 3.3 - Assignments
- 3.4 - Public Institutes

4 - The Autonomous State Administration

- 4.1 - Concept
- 4.2 - Autonomous Territorial Base Administration
- 4.3 - Municipalities
- 4.4 - History and Duties
- 4.5 - Organic Structure
- 4.6 - The Parishes
- 4.7 - History and Duties
- 4.8 - Organic Structure
- 4.9 - Institutional Based Autonomous Administration
- 4.10 - Professional Organizations: Orders and Similar
- 4.11 - Universities
- 4.12 - Public Companies

5 - General Principles of the Management Action

- 5.1 - Concept
- 5.2 - Principle of Pursuing the Public Interest in Respect for the Rights and Legitimate Interests of Individuals
- 5.3 - Principle of Legality
- 5.4 - Principle of Good Faith
- 5.5 - Principle of Justice and Impartiality
- 5.6 - Other Principles

6 - The Administrative Procedure

- 6.1 - Concept
- 6.2 - General or Common Administrative Procedure
- 6.3 - Special Administrative Procedures
- 6.4 - Constitutional Principle of the Procedure
- 6.5 - Structure of the Common Administrative Procedure
- 6.6 - The Phases of the Procedure

7 - The Modes of Action of the Administrative Power

- 7.1 - Concept
- 7.2 - Administrative Regulation
- 7.3 - Distinction between Administrative Regulation and Law
- 7.4 - Types of Regulation
- 7.5 - Legal Regime
- 7.6 - The Administrative Act: Concept
- 7.7 - Remission

8 - Material Operations

- 8.1 - Concept
- 8.2 - Legal Regime

9 - Administrative Contracts

- 9.1 - Concept
- 9.2 - Types of Contract
- 9.3 - The Role of the Public Tender
- 9.4 - The Legal regime
- 9.5 - Special Procedures

10 - The Special Administrative Act

- 10.1 - History
- 10.2 - Elements
- 10.3 - Types
- 10.4 - Validity
- 10.5 - Effectiveness
- 10.6 - Revocation
- 10.7 - Defects: Nullity and Annulability
- 10.8 - The Gracious Guarantees - Types, Regime and Deadlines

11 - The State's Civil Liability

- 11.1 - Concept
- 11.2 - Types of Responsibility
- 11.3 - Legal Regime

12 - Administrative Litigation

- 12.1 - Joint Administrative Action
- 12.2 - Special Administrative Action
- 12.3 - Precautionary Provisions
- 12.4 - References to Tax Litigation

6.2. *Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives*

Public Administration is primarily responsible for the application and safeguarding of law. Within this, the Administrative Law, in regulating the internal and external relations of the PA, proves to be essential.

In this way the student will be able to acquire the following knowledge:

- a) Identify the attributions and competences of the administrative entities;
- b) Recognize and decide on the correct form of action, in constitutional and legal terms, in relation to the case studies;
- c) Know how to choose the appropriate administrative procedure;
- d) To legally justify administrative decisions;
- e) Critically criticize the decisions taken;
- f) Know how to identify, within the administrative organization, the competent entity;
- g) among others.

7. Metodologias de ensino (avaliação incluída)

7.1. Metodologias de ensino (avaliação incluída)

1.- A avaliação contínua é constituída por dois testes ou um teste e um trabalho (40%), com ou sem apresentação, participação em aula (10%) e prova oral obrigatória (50%), sendo a classificação final formada pela média, que deverá ser igual ou superior a 10 (dez) valores.

2.- A nota igual 7 (sete) valores ou inferior em qualquer dos elementos escrito e oral, implica a reprovação em Avaliação Contínua, tendo carácter eliminatório sendo que na participação deverá obter, pelo menos, valor igual ou superior a 10 (dez) valores.

3. √ A avaliação por exame, em qualquer época, será constituída pela prova escrita (40%) e prova oral (60%), ambas obrigatórias;

4.- A nota deverá ser em qualquer dos elementos de avaliação por exame superior a 7, tendo, por isso, carácter eliminatório, devendo a média dos dois elementos ser igual ou superior a 10 (dez) valores;

5.- A matéria da UC está implicada nas UC de PSAS I e II, podendo aí ser questionada.

7.2. *Teaching methodologies (including evaluation)*

1.- Continuous assessment consists of two tests or one test and one work (40%), with or without presentation, participation in class (10%) and mandatory oral exam (50%), with the final mark being formed by the average, which must be equal to or greater than 10 (ten) values.

2.- A grade equal to 7 (seven) values √ or less in any of the written and oral elements, implies the failure in Continuous Assessment, having an eliminatory character, and the participation must obtain at least a value equal to or greater than 10 (ten) values.

3. √ Assessment by exam, at any time, will consist of a written test (40%) and an oral test (60%), both mandatory;

4.- The grade must be in any of the elements of assessment by examination above 7, having, therefore, eliminatory character, and the average of the two elements must be equal to or greater than 10 (ten) values;

5.- The subject of the CU is involved in the CU of PSAS I and II, and may be questioned there.

8. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da Unidade Curricular

8.1. Demonstração da coerência das metodologias

A componente expositiva é essencial para poder ser realizado o enquadramento da actividade administrativa, nomeadamente, para poderem ser colocadas as questões para investigação.

A componente crítica permite levantar, por parte da docência, um conjunto de questões que venham a ser desenvolvidas e investigadas pelos próprios candidatos.

O facto de realizarem um trabalho, e a sua exposição oral, permite inculir o necessário stress pedagógico que assegura a aquisição dos conhecimentos, competências e aptidões.

8.2. *Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes*

The expository component is essential to be able to carry out the framing of administrative activity, namely, so that questions can be asked for research.

The critical component makes it possible to raise, on the part of the teaching staff, a set of questions that may be developed and investigated by the candidates themselves.

The fact that they carry out a work, and their oral presentation, allows to instill the necessary pedagogical stress that ensures the acquisition of knowledge, skills and aptitudes.

9. Bibliografia de consulta/existência obrigatória

- Amaral, Diogo Freitas do, Curso de Direito Administrativo, Vol I (3.ª Ed. ç 2010) e II (2.ª Ed.), Almedina, Coimbra, 2011
Matos, André Salgado e outros - "Direito Administrativo Geral" (Tomos I e III), D. Quixote, 2010.
Caupers, João - Introdução ao Direito Administrativo, 10ª edição, Âncora Editora, 2009
Oliveira, Mário Esteves de - Código do Procedimento Administrativo Anotado, Almedina, Coimbra, 2004
Tavares, José - Administração Pública e Direito Administrativo- Guia de estudo, reedição digital, Almedina, Coimbra, 2007
Machete, Pedro - A audiência dos interessados no procedimento Administrativo, Univ. Católica Portuguesa, Lisboa, 1995.
Antunes, Luís F. Colaço - A teoria do Acto e a Justiça Administrativa, Almedina, 2006.
Veiga, Alexandre Brandão da - Acesso à Informação da Administração Pública pelos Particulares, Almedina, Coimbra, 2007.
Moreira, Vital - Administração Autónoma e Associações Públicas, Almedina, Coimbra, 2003.
DçAlte, Sofia Tomé - A nova Configuração do Sector Empresarial do Estado e a Empresarialização dos Serviços Públicos, Almedina, Coimbra, 2007.
Quadros, Fausto de - A nova Dimensão do Direito Administrativo, Almedina, Coimbra, 1999.
Barbosa, Paula - Acção de Condenação no Acto Administrativo Legalmente Devido, AAFDL, Lisboa, 2007.
Moncada, Luís Cabral de - A relação Jurídica Administrativa, Coimbra Editora, Coimbra, 2009.